



Os Guajajara estão rompendo o isolamento imposto pelo mundo dos brancos. Pela primeira vez fizeram uma assembléia geral da nação, diluída em cinco Postos Indígenas no Maranhão. Durante três dias, os Guajajara se reuniram para discutir sobre Constituinte, projeto governamentais de desenvolvimento, cultura, educação e imperialismo. Dentre os principais temas, a demarcação da terra. E firmaram a decisão de lutar por ela no documento final da Primeira Assembléia Guajajara: "Nós amamos nosso território. Vamos lutar para que todas as reservas de nossos irmãos sejam demarcadas e homologadas"

Guajajara fazem primeira assembléia geral



Alderico Guajajara e Álvaro Tukano coordenaram os debates

Participação do índio na Constituinte e busca de novas alternativas históricas em que os protagonistas sejam os próprios índios, foram algumas das propostas aprovadas pela Primeira Assembléia da Nação Guajajara, realizada nos dias 23 a 25 de outubro de 1986, na aldeia Bacurizinho, município de Grajaú, Maranhão. Mais de cem índios, entre lideranças e representantes dos Postos Indígenas Araribóia, Pindaré, Bacurizinho, Morro Branco e Caru, estiveram presentes no encontro, que contou ainda com a participação de Álvaro Tukano, assessor da UNI (União das Nações Indígenas), um índio Tembê da Área Indígena Alto Turi e alguns membros do Cimi-MA.

Os Guajajara, historicamente perseguidos pelo sistema econômico e colonialista do Estado, não aceitam viver ou morrer em qualquer lugar do mundo como os brancos. Na resolução, aprovada pela Assembléia, eles frisam isso: "Nós vamos ficar aqui, porque não temos para onde ir e amamos nosso território e, por isso, lutamos para que todas as reservas de nossos irmãos sejam demarcadas e homologadas". O crescimento demográfico e político da nação guajajara, vem demonstrar sua determinação de lutar contra os fazendeiros, o Estado do Maranhão e o descaso da Funai.

Eles denunciaram as conseqüências nefastas que o Projeto Carajás provocou no interior do grupo, como as divisões, rivalidades, desconfianças recíprocas e o enfraquecimento da autoridade dos caciques, fazendo algumas aldeias serem "transformadas em laboratórios da Funai". A agricultura, saúde, educação e demarcações de terras, que deveriam receber um novo impulso com o Projeto, foram justamente os setores mais prejudicados. As infra-estruturas e construções, implementadas pelo Projeto Carajás, "ficarão quase como monumentos arqueológicos e testemunhas vivas da falência de um indigenismo obscurantista", como disse Álvaro Tukano, quando fez a análise da atual conjuntura sócio-econômica do

País e incentivou os índios a se debruçarem sobre sua realidade.

Eles também denunciaram a FUNAI de estar mancomunada com os fazendeiros e outros interessados em destruir e cortar o território indígena em lotes, acabando com o restante de suas terras. Segundo eles, a Funai continua mantendo maus funcionários, que inclusive inventaram uma outra reunião indígena, em outro local, para sabotar e dividir os participantes da Assembléia Guajajara. Eles citaram os funcionários José Pedro (pretendente ao cargo de Delegado, na cidade de Imperatriz), Ribamar Rocha, Vagner, Jovenal e Zacarias, como autores dos procedimentos autoritários repudiados pela nação Guajajara.

PARENTES UNIDOS

A assembléia foi concebida não só para a análise dos problemas que afligem os Guajajara, mas também para reforçar os laços culturais e de parentesco, através do diálogo aberto e da

partilha das coisas em comum. Quando da abertura da Assembléia, o índio Alderico Guajajara convidou os presentes a tomar a palavra, o que levou os participantes a se manifestarem, em primeiro lugar, a alegria de ver os seus parentes, muitos pela primeira vez. Eles frisaram a importância de se reunirem para procurarem um no outro a força necessária para enfrentar os problemas comuns.

A solene e mítica celebração das vitórias sobre os inimigos de outrora, substituiu-se, agora, à proclamação de luta em defesa da terra, da educação, da saúde, do direito à vida. Propuseram fazer uma "frente única de defesa diante do capitalismo internacional que, através de empresas priva-

das e multinacionais, vem saquear as nossas riquezas naturais do solo e do subsolo", conforme resolução aprovada na assembléia.

Eles deixam claro que não esperam nada da Funai, que é um "órgão agonizante", cujo papel é o de acobertar todos esses interesses econômicos com a fachada camuflada de serviço e tutela ao índio. As concessões de alvarás para extração de minérios em seus territórios indicam que o índio é considerado mero objeto de exploração e lucro fácil. A má vontade do Governo em demarcar as áreas indígenas da região — Lagoa Comprida, Kritati, Awá-Guajá, Toco Preto e Geralda — sua omissão diante das numerosas invasões em território indígena — em plena "cruzada" em prol da Reforma Agrária, fica patente, segundo o documento final da Assembléia Guajajara, que tudo isso faz "parte de um plano maquiavélico, que nada deixa à improvisação".

Diante desse quadro, o grupo tentou achar pistas concretas que respondessem de forma adequada aos desafios mais prementes. O primeiro passo a ser dado, segundo os índios, é a sua participação urgente na mobilização geral junto aos outros índios em torno do Congresso Constituinte. Eles pretendem pressionar, juntamente com os deputados Constituintes notoriamente defensores da causa indígena, para que sejam garantidos os direitos fundamentais dos povos indígenas na nova Constituição.

Para prosseguir essa luta, elegeram um Conselho Guajajara, de caráter provisório, e marcaram uma segunda assembléia, na aldeia Pindaré, nos dias 15, 16 e 17 de janeiro de 1987, com a participação de todos os povos indígenas do Maranhão. O encontro terminou com os índios rendendo homenagens "aos mártires Guajajara e de outras nações que deram suas vidas em prol de nossa libertação".



Fotos: Carlos Ubbiali

Pedro Marisé, eleito representante, provisório, dos Guajajara junto à UNI